

ÍNDICE:

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC (Método Indireto)	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL	5
Demonstração do Resultado Abrangente-DRA	6
Demonstração do DVA – Valor Adicionado	6
Notas explicativas	7
Relatório da Auditoria Independente (ACS AMÉRICA Auditores Independentes)	31

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		8.833.802	21.507.641
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.617.486	21.449.875
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	6	215.642	0
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	668	57.764
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	7	3
ATIVO NÃO CIRCULANTE		147.242.850	135.204.813
IMOBILIZADO		146.380.153	135.204.813
REDE BASICA - IMOBILIZADO EM SERVICO	9	150.645.358	0
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - REDE BASICA	9.1	(4.265.206)	0
REDE BASICA - IMOBILIZADO EM CURSO		0	135.204.813
À RATEAR		0	11.095.437
INTANGIVEL	10	862.697	0
REDE BASICA - INTANGIVEL EM SERVICO		153.400	0
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - REDE BASICA	10.1	(26.982)	0
DEMAIS INSTALACOES - INTANGIVEL EM CURSO	10	736.279	0
TOTAL DO ATIVO		156.076.652	156.712.454
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		21.227.901	17.855.958
FORNECEDORES	11	3.895.032	16.408.441
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	16.465.579	1.314.178
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	114.170	57.132
TRIBUTOS	14	526.693	76.207
DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE O CAPITAL	15	0	0
ENCARGOS SETORIAIS	16	224.392	0
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	17	2.035	0
PASSIVO NAO CIRCULANTE		99.208.829	99.898.577
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	99.208.829	99.898.577
PATRIMONIO LIQUIDO	19	35.639.922	38.957.920
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVA DE LUCRO	19.3	284.694	4.916
RESERVA LEGAL		284.694	650
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	284.694	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		284.694	650
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	66.035	64.915
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		66.035	64.915
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		66.035	64.915
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	19.4	(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		8.088	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(3.598.896)	8.088
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		0	0
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		0	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0	0
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.076.652	156.712.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-DRE

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	20	23.289.330,81	0
Receita Permitida	20.1	23.061.554,25	0
Outras Receitas - CCEE	20.2	227.776,56	0
Custo de construção		-	0
Deduções da receita operacional	21	(1.074.450,59)	0
Tributos e Encargos		(1.074.450,59)	
Tributos	21.1	(850.058,45)	
PIS/COFINS		(850.058,45)	0
Encargos	21.2	(224.392,14)	0
Reserva Global de Reversão - RGR		-	0
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(224.392,14)	0
Outros Encargos		-	0
Receita operacional líquida		22.214.880,22	0
Custo Gerenciáveis		(6.927.184,85)	0
Pessoal		(1.050.287,43)	0
Material		(126.698,35)	0
Serviços de terceiros		(515.030,50)	0
Arrendamentos e aluguéis		(35.581,52)	0
Seguros		(99.382,60)	0
Doações		(11.000,00)	0
Tributos e taxas		(66.395,05)	0
Depreciação e Amortização		(4.265.205,59)	0
Amortização		(26.981,58)	0
Gastos diversos		(215.701,99)	0
Despesas gerais e administrativas		(514.920,24)	0
Outras despesas operacionais		-	0
Resultado Financeiro		(8.776.729,50)	0
Receitas Financeiras			
Receitas com aplicações financeiras		140.563,26	0
Outras receitas financeiras		0,73	0
(-) Despesas Financeiras			
Juros		(8.778.300,52)	0
IOF, Comissões e Taxas		(130.976,15)	0
Multas e acréscimos moratórios		(8.016,82)	0
Resultado da atividade da concessão		6.510.965,87	0
Resultado Extra-concessão		2.125,68	11.555
Rendas da Prestação de Serviços			
Compartilhamento de Infraestrutura		2.125,68	0
Receitas financeiras		-	11.555
Despesas financeiras		-	0
Resultado antes dos impostos		6.513.091,55	11.555
CSLL - corrente		(288.291,84)	0
IRPJ - corrente		(543.917,90)	0
Lucro ou prejuízo líquido do exercício		5.680.881,81	11.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC (Método Indireto)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do Exercício (antes do IR e CSLL)	6.513.092	11.555
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(832.210)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização e Depreciação	4.292.187	0
Perdas do Ativo Imobilizado	0	0
	<u>9.973.069</u>	<u>11.555</u>
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais		
Consumidores (clientes)	(215.642)	0
Impostos a recuperar	57.096	(57.531)
Adiantamentos a funcionários	(4)	10
Fornecedores	(12.513.409)	12.205.968
Salários e encargos	57.039	33.051
Impostos a recolher	450.486	58.917
Encargos Setoriais	224.392	0
Outros Passivos Circulantes	2.035	0
	<u>(11.938.007)</u>	<u>12.240.416</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(1.964.938)</u>	<u>12.251.970</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo indenizável - contratual	0	0
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(16.330.224)	(121.322.600)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(16.330.224)</u>	<u>(121.322.600)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	0	30.049.500
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.120	(747.414)
Pagamentos de Dividendos	(9.000.000)	0
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	15.151.400	1.314.178
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	(689.748)	99.898.577
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>5.462.772</u>	<u>130.514.841</u>
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.832.389)</u>	<u>21.444.212</u>
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	21.449.875	5.663
No fim do período	8.617.486	21.449.875
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.832.389)</u>	<u>21.444.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Dividendos	Total
	Capital social	Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.642.829	0	1.450	0	0	9.644.279
Aumento de capital e AFAC	29.302.086	0	0	0	0	29.302.086
Lucro líquido do exercício	0	0	11.555	0	0	11.555
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	650	(650)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(4.266)	0	4.266	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	8.088	0	4.266	38.957.920
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	8.088	0	4.266	38.957.920
Aumento de capital e AFAC	1.120	0	0	0	0	1.120
Lucro líquido do exercício	0	0	5.680.882	0	0	5.680.882
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	284.044	(284.044)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(1.420.220)	0	1.420.220	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(7.575.513)	0	7.575.513	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(9.000.000)	(9.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	(3.590.808)	0	0	35.639.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE-DRA

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo Líquido do Exercício		
Lucro Líquido do Exercício	5.680.882	11.555
Ajuste de exercícios anteriores	0	0
Outros resultados abrangentes	0	0
Total do resultado abrangente do exercício	5.680.882	11.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS – DVA

	31/12/2019	31/12/2018
1 - Receitas	23.291.456	0
1.1 - Receita Operacional	23.289.331	0
1.2 - Outras receitas/resultados (não operacionais)	2.126	0
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	(10.527.289)	0
2.1 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(10.527.289)	0
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	12.764.168	0
4 - RETENÇÕES	(4.292.187)	0
4.1 - Depreciação e Amortização	(4.292.187)	0
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	8.471.980	0
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	140.564	11.555
6.1 - Receitas Financeiras	140.564	11.555
6.2 - Doações e Subvenções para investimentos	0	0
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	8.612.544	11.555
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.612.544	11.555
8.1 - PESSOAL E ENCARGOS	991.897	0
8.1.1 - Remuneração direta (incluindo os benefícios)	926.878	0
8.1.2 - F.G.T.S.	65.019	0
8.2 - IMPOSTOS E TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.939.765	0
8.2.1 - Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	1.682.268	0
8.2.2 - Federais (Previdência Social/INSS)	257.497	0
8.2.3 - Estaduais	0	0
8.2.4 - Municipais	0	0
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	0	0
8.4 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIOS	5.680.882	11.555
8.4.1 - Prejuízo do exercício	0	0
8.4.2 - Lucro do exercício	5.680.882	11.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SUBESTACAO AGUA AZUL SPE S.A. (a "Companhia" ou "AGUA AZUL") foi constituída em 09 de maio de 2016 e é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 3530049179-3, em sessão do dia 31 de maio de 2016, não possui filiais, e tem por objeto social o fim específico e exclusivo de prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio da construção, operação e manutenção das instalações do trecho de linhas de transmissão referentes ao Lote S, conforme especificações no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no competente Contrato de Concessão, objeto do Processo n. 48500.003580/2015-77, incluindo, entre outros: (i) a execução e supervisão dos serviços de construção, montagem, manutenção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica e subestações; (ii) a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que lhe tenham sido delegados ou cuja exploração lhes tenha sido concedida pela Administração Pública; (iii) o desenvolvimento de atividades correlatas ou que apresentem sinergia com as atividades acima, incluindo a elaboração e execução de projetos de engenharia e manejo ambiental necessário à consecução de tais atividades, e (iv) o envolvimento com questões sociais com a região onde se encontram suas instalações através de ações comunitárias bem como disponibilização de recursos físicos e logísticos caso solicitados por órgão competente. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na cidade de Guarulhos, na Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080.

1.1 – Da Concessão

A "Companhia" sagrou-se vencedora do leilão ao arrematar o Lote S, conforme especificado no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no Contrato de Concessão n. 19/2016, processo 48500.003580/2015-77, datado de 27 de junho de 2016.

A "Companhia" está em fase operacional e tem a Zopone Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 59.225.698/0001-96, como sua subsidiária integral.

Conforme cláusula segunda do contrato de concessão, o prazo para entrada em operação era até 27 de junho de 2019, mas a "Companhia" antecipou esse prazo em aproximadamente cinco meses e entrou em operação no dia 06 de fevereiro de 2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 31.107.925,00 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme cláusula sexta do contrato de concessão, e é corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, compreendendo o período entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente.

A ANEEL, conforme Resolução Homologatória nº 2.408, de 26 de junho de 2018, estabeleceu a RAP para o período de julho de 2018 até junho de 2019 no valor de R\$ 34.490.134,65 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), e conforme Resolução Homologatória nº 2.565, de 25 de junho de 2019, a RAP para o período de julho de 2019 até junho de 2020 é de R\$ 36.096.774,46 (trinta e seis milhões, noventa e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

A "Companhia" teve seu primeiro Aviso de Crédito relativo à Apuração Mensal de Serviços e Encargos – AVC n. 19212, referente Fevereiro/2019, no valor de R\$ 1.092.244,86 (c/ Pis e Cofins).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1.2 – Descrição do projeto

INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO localizadas no estado de São Paulo, compostas pela SE Água Azul 440/138 kV, (6 x 1R) x 100 MVA; CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Implementação de dois trechos de linha de Linha de Transmissão em 440 kV, em circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bom Jardim – Santo Ângelo e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as duas ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Bom Jardim e Santo Ângelo; e dois trechos de Linha de Transmissão em 138 kV, em circuito duplo cada, entre a ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 138kV Mairiporã – Santo Ângelo C1 e C2 e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as quatro ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Mairiporã e Santo Ângelo.

1.3 Das Licenças, Autorizações e Termos

Em 15 de dezembro de 2017, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB emitiu a AUTORIZAÇÃO nº 112975/2017, acompanhada da planta denominada "Implantação Geral do Empreendimento e Intervenções Ambientais, para as atividades de supressão de vegetação nativa e corte de árvores nativas isoladas para a construção da Subestação – SE de 440/138 Kv Água Azul , Processo CETESB nº 48/2017. Recebeu também o Parecer Técnico nº 116/17/I, que tratou da análise da solicitação da referida Autorização.

Recebeu também em 15 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL nº 112951/2017, se comprometendo a: preservar e recuperar, quando necessário, a Reserva Legal compreendida nos limites nele indicados e perfeitamente delimitado na planta e no local da propriedade, não podendo fazer qualquer intervenção na vegetação, a não ser com a autorização do órgão ambiental competente.

Em 18 de janeiro de 2019, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB emitiu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº 2490, processo nº 48/2017 (CETESB 041523/2018-24), com base no parecer técnico nº 014/19/IE, na Licença Ambiental Prévia nº 2578 e na Licença Ambiental de Instalação nº 2512, com prazo de validade de 10(dez) anos, com as seguintes informações:

Identificação do Empreendimento:

Nome: SUBESTAÇÃO – SE DE 440/138 KV ÁGUA AZUL E RAMAIS ASSOCIADOS

Logradouro: Estrada do Morro Grande, S/N, Bairro Bom Sucesso

Município: GUARULHOS

Caracterização do Empreendimento:

Descrição: Implantação da Subestação – SE de 440/138 Kv, com área construída de aproximadamente 5,7 ha em área total de 11,75 ha.

Em 05 de setembro de 2019, conforme Ato nº 5485, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL outorgou autorização de uso de radiofrequência nº 459.8625 MHz / 469.8625 MHz, com validade até 13 de agosto de 2039.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em 17 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Telecomunicações—ANATEL, onde a “ÁGUA AZUL” possui nº da entidade 4503180 e nº da estação 1009025314, emitiu a Licença para Funcionamento de Estação nº 003199/2019-SP, para as frequências 459,8625 MHz e 469,8625 MHz.

Em 13 de dezembro de 2018 e 03 de maio de 2019, a “Companhia” obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros-AVCB nº 389000 e 407057, respectivamente.

1.4 Certificado de Conclusão

Em 14 de novembro de 2018, a Prefeitura Municipal de Guarulhos, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU, Departamento de Licenciamento Urbano-SDU 02, Divisão Técnica de Licenciamento de Edificações-SDU 02.09, emitiu o Certificado de Conclusão nº H-279/2018 com o seguinte teor: Certifico, conforme consta no Processo Administrativo nº 19.444/2017, protocolado em 04/04/2017, que a edificação: Construção de subestação de energia elétrica, de propriedade de SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A., CNPJ: 24.905.442/0001-45 em imóvel situado na Estrada do Morro Grande, Bairro: Bonsucesso neste Município, sob ITR nº 2.887.4951, aprovado e licenciado através de Alvará de Construção nº A-377/17 expedido em 12/09/17; Área Total da Construção de 427,13m² (quatrocentos e vinte e sete metros e treze centímetros quadrados), Responsável técnico: Engenheiro Claudenor Zopone Junior, CREA 0601680959, ART 92221220161110157, está CONCLUÍDA e em conformidade com a legislação vigente, podendo ser utilizada para o fim a que se destina. Arquiteto Reginaldo Soares – Chefe de Divisão, Engenheira Elaine Cristina Fontana – Diretora SDU02.

1.5 Outras informações relevantes

Em 03 de janeiro de 2017, de acordo com o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, da Superintendência Regional da 8ª Região Fiscal, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru, a Companhia foi habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e obteve a suspensão do PIS e COFINS nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação.

Em assembleia realizada em 12 de janeiro de 2019, a “Companhia” decidiu pela mudança do endereço da sede para a Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080, Guarulhos/SP. Diante dessa decisão, houve a alteração no Estatuto Social, conforme registro n. 155.934/19-3, em sessão de 15 de março de 2019, da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

Em 09 de maio de 2019, nos termos do artigo 9 do Estatuto, “a Companhia” reelegeu os diretores Cláudio Zopone e Claudenor Zopone Junior para um mandato de 03(três) anos, dando continuidade à posse anterior. Com isso, houve o registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária sob n. 294.666/19-9, em sessão de 31 de maio de 2019, conforme na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2020 os diretores da “Companhia” autorizaram e aprovaram estas demonstrações contábeis regulatórias, vez que a “Companhia” não tem Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e elaboradas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, por meio de Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Essas demonstrações foram preparadas e elaboradas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações financeiras para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da "Companhia".

2.1 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 – Estimativas e premissas

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3 – Classificação do circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixas ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação no passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4. Receita Anual Permitida (RAP)

Conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão, a Receita Anual Permitida ("RAP") pré-estabelecida é de R\$ 31.107.925 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), em conjunto com as regras de reajustes e de revisão constantes na cláusula sete do referido contrato, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao PIS e a COFINS, a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

2.5. Reconhecimento das Receitas

A "Companhia" começou a reconhecer as receitas a partir de 06 de fevereiro de 2019, data em que a subestação entrou em operação, tendo adotado o regime de competência, não sobre o AVC, mas sim, sobre a data de emissão das notas fiscais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

2.6. Receita de juros

A receita de juros será reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. Não tendo havido valores sobre essa rubrica nos exercícios abrangidos com a presente nota explicativa.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos são os empréstimos, debêntures e os fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c. Ativos e passivos financeiros derivativos. No final de 2019, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

2.8 – Contingência

Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do corpo jurídico que assessora a Companhia.

2.9 – Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis tiveram suas casas decimais arredondadas, podendo, para fins de melhor ilustração, eventualmente, estarem representados com as duas casas após a vírgula (centavos). Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis para fins regulatórios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, ou seja, com alta liquidez.

Os equivalentes de caixa foram contabilizados sob a rubrica Aplicações Financeiras a Curto Prazo, e no plano contábil identificados como Contas de Investimentos.

4.2. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. Esses valores são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e a determinação de sua classificação se dá no momento de seu reconhecimento inicial, no ato da contratação com a instituição bancária.

4.3. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Muito embora não tenha havido lançamentos nessa rubrica, a "Companhia" revisará anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

4.5. Imobilizado

4.5.1 – Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação aplicadas foram as estabelecidas em resoluções pelo Órgão Regulador.

O resultado da alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado, quando ocorrer, será determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e será reconhecido no resultado do exercício.

4.5.2 – Imobilizado em curso

A sociedade agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

4.6. Intangível

Os Ativos Intangíveis tem vidas úteis definidas, também são registrados pelo valor de custo de aquisição ou realização e sofrem deduções das amortizações, estas reconhecidas linearmente com base na via útil estimada, e sofrem também deduções das perdas em razão da redução ao valor recuperável acumuladas.

Os software corporativos, são capitalizados com base nos custos incorridos e que foram necessários para colocarem em estado de uso, e quando da sua amortização são levados em conta a vida útil estimada.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.7. Fornecedores

Os valores lançados sob essa rubrica são obrigações pela aquisição de insumos, bens e serviços, contabilizados no grupo passivo circulante, via de regra, adquiridos para pagamento em até 12 (doze) meses.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Dividendos

Conforme artigo 14º do estatuto social, do lucro líquido apurado em demonstração do resultado do exercício, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, podendo a "Companhia" levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas.

O pagamento/distribuição de dividendos dispensa anuência expressa de credores de longo prazo, em especial o BNDES e os DEBENTURISTAS, por conta da "Companhia" ter atendido todas as situações apresentadas no item XII, da cláusula décima (Obrigações especiais da beneficiária), do contrato de financiamento nº 18.2.0328.1, dentre as quais, a manutenção de contas "reservas" que asseguram saldos suficientes para pagamento de parcelas vincendas.

O Órgão Regulador estabelece no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no item 6.3.25, que o valor de dividendos deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário, fato que poderá, dependendo das práticas, premissas e estimativas adotadas, fazer com que o valor dos dividendos pagos/distribuídos seja superior ao valor do lucro líquido apurado na contabilidade "regulatória" para determinados exercícios.

4.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2019, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Os tributos devidos com base no lucro presumido são apurados trimestralmente – com encerramento nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 8%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente superior a R\$ 60.000/trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 12%.

4.11. Empréstimos e financiamentos – Convenants e garantias

A “Companhia” utilizou recursos de empréstimos para financiar a implantação do empreendimento.

O financiamento junto ao BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da “Companhia” de propriedade dos Acionistas.

O contrato firmado com o BNDES possui cláusulas restritivas, mas as basilares são:

-receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “conta centralizadora”, aberta exclusivamente para esse fim;

-constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “conta reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviços da totalidade da dívida, sendo que a movimentação da “conta reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;

-não constituir, sem prévia e expressa autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;

-não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei 6404/76, salvo se verificado, cumulativamente, o atendimento de algumas condições, como:

a) exoneração da fiança mencionada na cláusula décima sétima, a qual a “Companhia” em 31/12/2019 já havia cumprido a sua totalidade;

b) manter o índice de cobertura do serviço da dívida-ICSD, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;

c) o montante de caixa e/ou aplicações financeiras de livre movimentação, somados aos depósitos judiciais, após a referida distribuição de dividendos, deverá ser igual ou maior que a totalidade de provisões de contingências. Números estes, extraídos das demonstrações contábeis regulatórias anuais auditadas, referentes ao ano civil, ou alternativamente, ao período de 12(doze) meses, imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos, e, por fim:

d) estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento, assim como com todas as obrigações do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças e do Contrato de Penhor da Totalidade das Ações da “Companhia”;

-não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

4.12. Capital Social

O capital social é todo composto por ações ordinárias, não incorrendo custo na emissão.

4.13. AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

São legítimos ingressos de recursos na Companhia, visando e obrigando que esta promova o futuro aumento de capital, ou, exceção à regra, que restitua o valor que ingressou. Por este motivo, nas demonstrações financeiras os valores ingressados sob essa rubrica já constarão como Capital Social.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.617.486	21.449.875
CAIXA		1.179.476	12
CONTAS BANCARIA - MOVIMENTO		1.179.476	12
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9		1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7		1	1
BANCO ITAU - AG. 9115 - C/C 29271-7		0	10
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13097681-9 (PGTO DEBENTURES)		384.472	0
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5		1	0
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9		1	0
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13095388-7 (CTA RECEBIMENT)		795.000	0
EQUIVALENTES DE CAIXA		7.438.010	21.449.863
APLICACOES FINANCEIRAS		7.438.010	21.449.863
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9 - INVEST PLUS		12.062	189.110
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7 - INVEST PLUS		2.712.951	21.250.642
BANCO DO BRASIL - AG. 0037-X - C/C 31175509-7 - FUNDOS DE IN		181	178
BANCO ITAU - AG. 9115 - C/C 29271-7 APLIC AUT MAIS		0	9.933
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5 - INVEST PLUS		354	0
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9 - INVEST PLUS		996	0
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13096417-9-INVEST (RESERVA DEBENTUR		2.312.050	0
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13039865-9-INVEST (RESERVA BNDES)		2.399.417	0

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas a serviços de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	668	57.764
TRIBUTOS FEDERAIS		668	57.764
CONTRIBUICAO SOCIAL		0	0
CONTRIBUICAO SOCIAL		0	0
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		668	57.764
IRRF - APLICACOES FINANCEIRAS		668	57.764

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	7	3
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		7	3
ADIANTAMENTO SALARIAL		7	3

Os saldos a título de "adiantamentos a funcionários" contemplaram apenas os valores dos arredondamentos das folhas de pagamentos. Não houve a prática de adiantamento a título de empréstimos ou antecipação salarial a funcionários no período.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

9. IMOBILIZADO

Imobilizado - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Terrenos	0	0	0	4.700.000	0	4.700.000	4.700.000	(833.376)	3.866.624	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	0	8.911.052	0	19.356.051	0	28.267.103	28.267.103	(3.423.627)	24.843.476	0
Máquinas e equipamentos	0	14.156	0	117.567.070	0	117.581.226	117.581.226	(6.514)	117.574.711	0
Veículos	51.852	0	0	0	0	51.852	0	(1.688)	50.164	51.852
Móveis e utensílios	0	0	0	45.178	0	45.178	45.178	0	45.178	0
SUBTOTAL	51.852	8.925.208	0	141.668.298	0	150.645.358	150.593.506	(4.265.206)	146.380.153	51.852
Imobilizado - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Terrenos	4.700.000	0	0	(4.700.000)	0	0	0	0	0	4.700.000
Edificações, obras civis e benfeitorias	112.957.524	5.891.108	0	(118.848.632)	0	0	0	0	0	112.957.524
Máquinas e equipamentos	6.400.000	111.167.070	0	(117.567.070)	0	0	0	0	0	6.400.000
Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Móveis e utensílios	0	17.933	0	(17.933)	0	0	0	0	0	0
A Ratear	11.095.437	1.792.793	0	(12.612.207)	0	0	0	0	0	11.095.437
SUBTOTAL	135.152.961	118.868.904	0	(253.745.841)	0	0	0	0	0	135.152.961
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	135.204.813	127.794.112	0	(112.077.543)	0	150.645.358	150.593.506	(4.265.206)	146.380.153	135.204.813

10. INTANGÍVEL

Intangível - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Serviços	0		0		0	0	0	0	0	0
Softwares	0	30.000	0	123.400	0	153.400	153.400	(26.982)	126.418	0
SUBTOTAL	0	30.000	0	123.400	0	153.400	153.400	(26.982)	126.418	0
Intangível - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Serviços	0	736.279	0	0	0	736.279	736.279	0	736.279	0
Softwares	0		0		0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	736.279	0	0	0	736.279	736.279	0	736.279	0
TOTAL DO INTANGÍVEL	0	766.279	0	123.400	0	889.679	889.679	(26.982)	862.697	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

11. FORNECEDORES

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
FORNECEDORES	11	3.895.032	16.408.441
FORNECEDORES DIVERSOS		3.895.032	12.208.441
SIEMENS S.A.		3.829.218	12.156.674
MIL WATTS COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI		36	0
BANDEIRANTE ENERGIA S/A		275	0
ANDRE LUIS DA SILVA APOIO ADMINISTRATIVO		0	2.000
SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIB DE TITULOS E VALORES IMOBILIARIOS		0	12.465
VRS INFORMATICA BAURU LTDA EPP		0	6.069
IN FORMA SOFTWARE S/A.		1.361	0
LEONARDO COIMBRA ALVES 96011408753		0	30.492
NELLY DE OLIVEIRA RETT 82444242815		0	741
CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL		7.922	0
DISTRIBUIDORA SAFARI LTDA		852	0
MARINS E FUNALETI LTDA ME		150	0
ALGAR MULTIMIDIA S/A		10.941	0
PIATA - BORRACHAS E FERRAMENTAS LTDA		283	0
CAIO NASCIMENTO PEREIRA DE JESUS		34.500	0
CIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS		5.787	0
WOMER IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA		735	0
SUPER SORBENTS AMBIENTAL E COMERCIAL EIRELI		1.472	0
MARCELO CANDIDO DE ANDRADE		1.500	0
OUTROS CREDORES		0	4.200.000
ANA MARIA DO CARMO CAVALLINI BAJJANI		0	1.050.000
IZABEL CAVALLINI BAJJANI		0	1.050.000
MIRIAM CAVALLINI BAJJANI		0	1.050.000
LUCY CAVALLINI BAJJANI GHOR		0	1.050.000

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – circulante

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	16.465.579	1.314.178
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		12.574.985	57.322
PRINCIPAL		5.066.196	57.322
CONTAS GARANTIDAS		10	57.322
BANCO BNP PARIBAS - AG. 0001- CONTA 74301		0	57.322
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - CONTA 130976819		10	0
EMPRESTIMOS BANCOS DE FINANCIAMENTO	12.1	5.066.186	0
BNDES-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		5.066.186	0
ENCARGOS DA DIVIDA		7.508.789	0
JUROS SOBRE EMPRESTIMOS		14.480.010	0
JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		10.631.026	0
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		3.848.984	0
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		(6.971.221)	0
(-) JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		(5.118.175)	0
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		(1.853.046)	0
DEBENTURES	12.2	3.890.594	1.256.856
MOEDA NACIONAL		3.890.594	1.256.856
PRINCIPAL		2.205.000	1.050.000
PRINCIPAL		2.205.000	1.050.000
DEBENTURES CP		2.205.000	1.050.000
ENCARGOS DA DIVIDA		1.685.594	206.856
ENCARGOS - JUROS		1.685.594	2.865.358
JUROS - DEBENTURES		1.685.594	2.865.358
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		0	(2.658.501)
(-) JUROS - DEBENTURES		0	(2.658.501)

As despesas com juros serão reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

12.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES reza em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168(cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

12.2 – DEBÊNTURES

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 o Instrumento Particular de Escritura de 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitindo debêntures no valor de R\$ 35.000.000,00. Não houve outras emissões até 31/12/2019!

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947"), os recursos líquidos captados pela Emissora ("Companhia" por meio da Emissão, serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos despesas ou dívidas relacionados à implantação do projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita, conforme detalhado na tabela abaixo ("Projeto").

Tem como Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A., como agente fiduciário a e instituição SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na Cláusula 4.5, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade para cancelamento, nos termos da Cláusula 4.13 abaixo; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes da Cláusula 5.1 abaixo desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento").

Características Básicas: 4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); 4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados; 4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Sociedades por Ações; 4.1.4. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), com ágio ou deságio a ser definido no Procedimento de Recebimento de Intenções, sendo considerada "Data da Primeira Integralização", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o seu Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização; 4.1.5. - Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na cláusula 4.5 abaixo, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento"); 4.1.6. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures"); 4.1.7. Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador no qual serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome do respectivo titular da Debênture.

A primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2019.

13. OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	114.170	57.132
FOLHA DE PAGAMENTO		114.170	57.132
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		40.212	27.188
SALARIOS A PAGAR		39.017	27.188
PENSAO ALIMENTICIA		1.195	0
FERIAS A PAGAR		63.029	24.112
FERIAS A PAGAR		63.029	24.112
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		10.929	5.831
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER		10.929	5.831

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14	526.693	76.207
TRIBUTOS FEDERAIS		416.947	0
IMPOSTO DE RENDA		191.441	0
IRPJ 4. TRIMESTRE A RECOLHER		191.441	0
CONTRIBUICAO SOCIAL		111.819	0
CSLL 4. TRIMESTRE A RECOLHER		111.819	0
PIS		20.246	0
PIS A RECOLHER		20.246	0
COFINS		93.441	0
COFINS A RECOLHER		93.441	0
TRIBUTOS MUNICIPAIS		47.274	4
ISS		47.274	4
ISS A RECOLHER		47.274	4
CONTRIBUICOES SOCIAIS		60.733	34.936
INSS		47.115	27.829
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		29.557	21.091
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE 13. SALARIO - A RECOLHER		35	35
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		17.522	6.703
FGTS		13.618	7.107
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		8.576	5.178
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		5.042	1.929
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		1.738	41.267
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		417	10.065
IRRF DE FORNECEDORES (1,50%) - A RECOLHER		417	10.065
CONTRIBUICAO SOCIAL		284	6.710
CSLL (LEI 10833/03) A RECOLHER		284	6.710
PIS		185	4.362
PIS (LEI 10833/03) A RECOLHER		185	4.362
COFINS		853	20.130
COFINS (LEI 10833/03) A RECOLHER		853	20.130

15. DIVIDENDOS

Em 28 de novembro de 2019, a "companhia" pagou dividendos no valor de R\$ 9.000.000 (nove milhões de reais) à sua única acionista, a ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Esse valor foi estabelecido em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 01 de novembro de 2019.

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ENCARGOS SETORIAIS	16	224.392	0
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		224.392	0
F.N.D.C.T.		89.757	0
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO		89.757	0
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO - 0,40%		89.757	0
M.M.E.		44.878	0
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		44.878	0
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - 0,20%		44.878	0
RECURSOS EM PODER DA EMPRESA		89.757	0
PROJETO E DESENVOLVIMENTO - P&D		89.757	0
M.M.E.-CONTA CORRENTE - 0,40%		89.757	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

17. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES		2.035	0
OUTROS CREDORES	17	2.035	0
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		2.035	0
SÃO MARTINHO S/A		219	0
ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A.		113	0
TAMANDUA MIRIM 2 ENERGIA S.A.		20	0
ENEL GREEN POWER CRISTAL EOLICA S.A.		1.684	0

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – não circulante

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	99.208.829	99.898.577
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.1	67.463.829	65.948.577
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - VALOR PRINCIPAL		65.860.414	63.807.594
FINANCIAMENTO - VALOR PRINCIPAL		65.860.414	63.807.594
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		65.860.414	63.807.594
ENCARGOS DA DIVIDA		1.603.414	2.140.983
ENCARGOS - JUROS		79.240.286	93.720.296
JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		58.162.676	68.793.701
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		21.077.610	24.926.594
(-) ENCARGOS DA DIVIDA A AMORTIZAR		(77.636.872)	(91.579.313)
(-) JUROS TJLP + DIF. - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		(56.999.932)	(67.236.282)
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		(20.636.939)	(24.343.030)
DEBENTURES	18.2	31.745.000	33.950.000
PRINCIPAL		31.745.000	33.950.000
PRINCIPAL		31.745.000	33.950.000
DEBENTURES CP		31.745.000	33.950.000
ENCARGOS DA DIVIDA		0	0
ENCARGOS - JUROS		11.996.297	12.073.364
JUROS - DEBENTURES		11.996.297	12.073.364
(-) ENCARGOS DA DIVIDA A AMORTIZAR		(11.996.297)	(12.073.364)
(-) JUROS - DEBENTURES		(11.996.297)	(12.073.364)

18.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES reza em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168(cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

18.2 – DEBÊNTURES

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:
Atualização Monetária das Debêntures:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis.

Juros remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incluindo, conforme o caso, os Juros Remuneratórios incorporados na Data de Incorporação.

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data da Primeira Integralização, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido abaixo), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula: $J = VNa \times (\text{FatorJuros}-1)$
Amortização do Valor Nominal Atualizado

Após decorrido o Período de Carência, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures") e de acordo com os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"):

Parcela	Data de Amortização	Percentual do valor nominal unitário a ser amortizado	Percentual do saldo do valor nominal unitário atualizado a ser amortizado
1	15/dez/19	3,00%	3,00%
2	15/jun/20	3,15%	3,25%
3	15/dez/20	3,15%	3,36%
4	15/jun/21	3,35%	3,69%
5	15/dez/21	3,35%	3,84%
6	15/jun/22	3,60%	4,29%
7	15/dez/22	3,60%	4,48%
8	15/jun/23	4,00%	5,21%
9	15/dez/23	4,00%	5,49%
10	15/jun/24	4,25%	6,18%
11	15/dez/24	4,25%	6,58%
12	15/jun/25	5,00%	8,29%
13	15/dez/25	5,00%	9,04%
14	15/jun/26	5,50%	10,93%
15	15/dez/26	5,50%	12,28%
16	15/jun/27	6,20%	15,78%
17	15/dez/27	6,20%	18,73%
18	15/jun/28	6,50%	24,16%
19	15/dez/28	6,50%	31,86%
20	15/jun/29	6,95%	50,00%
21	15/dez/29	6,95%	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PATRIMONIO LIQUIDO	19	35.639.922	38.957.920
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVAS DE LUCROS	19.3	284.694	4.916
RESERVA LEGAL		284.694	650
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	284.694	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		284.694	650
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	66.035	64.915
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		66.035	64.915
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		66.035	64.915
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	19.4	(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		8.088	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(3.598.896)	8.088
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0	0

19.1 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019, considerando o valor do capital social subscrito e integralizado levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP, R\$ 38.880.000, e o saldo existente na conta AFAC-Adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 66.035, o valor total do Capital Social é de R\$ 38.946.035 dividido em 38.946.035 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

19.2 – AFAC-ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição do saldo da conta AFAC em 31/12/2019 compreende:

Data	Valor
17/05/2019	21
17/05/2019	358
07/01/2019	741
23/11/2018	103
22/10/2018	57.825
28/09/2018	1.036
21/09/2018	21
04/09/2018	5.930

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

19.3 – RESERVAS DE LUCROS

A rubrica reservas de lucros está composta por reserva legal (art. 193 – Lei 6404/76) e reserva estatutária (reserva de lucros a distribuir - dividendos).

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RESERVAS DE LUCROS			
RESERVA LEGAL	19.3	284.694	4.916
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA		284.694	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76	19.3.1	284.694	650
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	4.266

19.3.1 – RESERVA LEGAL

É constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social. Até 31/12/2018, o saldo da conta Reserva Legal era de R\$ 650.

No ano de 2019 = o lucro foi de R\$ 5.680.881, gerando uma reserva de R\$ 284.044.

19.3.2 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS

São as reservas de lucros estabelecidos no estatuto da “companhia”.

19.4 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	19.4	(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		(3.590.808)	8.088
LUCROS ACUMULADOS		8.088	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(3.598.896)	8.088
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0	0

O saldo da conta Lucros Acumulados em 31/12/2018 era de R\$ 8.088. Em 2019, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 5.680.881. Em 28/11/2019, houve o pagamento de R\$ 9.000.000 de dividendos e esse valor foi lançado contra a conta de Resultado do Exercício. A composição final dos valores é um saldo negativo de R\$ 3.590.808. Para melhor entendimento das partes interessadas, as contas movimentadas, receberão os lançamentos no dia 01 do ano seguinte (2020), onde, tecnicamente, receberão as transferências para as rubricas necessárias.

20 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	20	23.289.330,81	0
Receita Permitida	20.1	23.061.554,25	0
Outras Receitas - CCEE	20.2	227.776,56	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

20.1 – RECEITA PERMITIDA

O saldo da conta Receita Permitida é a composto exclusivamente pelos valores das RAP mensais faturadas ao longo do exercício 2019. A “companhia” iniciou suas operações em 06 de fevereiro de 2019, momento em que passou a ter direito ao recebimento da RAP-Receita Anual Permitida. A “companhia” optou pela emissão de notas fiscais para cada usuário de energia, o qual classificamos como Concessionários e Permissionários.

20.1 – OUTRAS RECEITAS – CCEE

A “companhia” recebeu R\$ 227.776,56 da CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE. Para esses valores, não houve a emissão de notas fiscais, em razão da formalidade da geração do direito ao recebimento.

21 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Deduções da receita operacional	21	(1.074.450,59)	0
Tributos e Encargos		(1.074.450,59)	
Tributos	21.1	(850.058,45)	
PIS/COFINS		(850.058,45)	0
Encargos	21.2	(224.392,14)	0
Reserva Global de Reversão - RGR		-	0
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(224.392,14)	0
Outros Encargos		-	0

21.1 - TRIBUTOS

Os tributos incidentes sobre o valor das receitas, e deduzidos da receita operacional foram PIS e COFINS. De acordo com a forma de tributação que a “companhia” optou, a base de cálculo do PIS é 0,65% e a base de cálculo da COFINS é 3%.

21.2 – ENCARGOS

Para as demonstrações regulatórias, os encargos são deduzidos da receita operacional, conforme instrução no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os valores no ano de 2019 são exclusivamente referente à rubrica Pesquisa e Desenvolvimento-P&D, e se referem ao total de 1% sobre o valor da receita operacional líquida, e destinados a:

0,40% ao F.N.D.C.T.-FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E ENERGÉTICO;

0,20% ao M.M.E.-MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA;

0,40% ao M.M.E.-MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CONTA CORRENTE.

22. CONTIGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía contra si nenhum litígio trabalhista, cível, tributário e ambiental.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins regulatórios, a "Companhia" seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico-MCSE; e seguiu a regulamentação societária para elaborar as Demonstrações Contábeis Societárias.

Abaixo demonstramos os principais números das demonstrações financeiras societária:

23.1 – BALANÇO PATRIMONIAL – SOCIETÁRIO

	Societário 31/12/2019	Regulatório 31/12/2019	Societário 31/12/2018	Regulatório 31/12/2018
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE	110.942.505	8.833.802	52.004.252	21.507.641,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.617.486	8.617.486	21.449.875	21.449.874,70
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL	102.324.344	0	30.496.611	0,00
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	668	668	57.764	57.763,71
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	7	7	3	2,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	151.535.037	147.242.850	135.204.813	0,00
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL	151.535.037	0	135.152.961	0,00
TOTAL DO ATIVO	262.477.541	156.076.652	187.209.065	0,00
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE	24.360.849	21.227.901	18.789.253	17.855.957,58
FORNECEDORES	3.895.032	3.895.032	16.408.441	16.408.440,63
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	16.465.579	16.465.579	1.314.178	1.314.178,35
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	114.170	114.170	57.132	57.131,62
TRIBUTOS	3.659.641	526.693	1.009.503	76.206,98
DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE O CAPITAL	0	0	0	0,00
ENCARGOS SETORIAIS	224.392	224.392	0	0,00
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	2.035	2.035	0	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	99.208.829	99.208.829	99.898.577	99.898.576,59
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	99.208.829	99.208.829	99.898.577	99.898.576,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.907.863	35.639.922	68.521.235	38.957.919,87
CAPITAL SOCIAL	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAÍS	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	38.880.000	38.880.000	38.880.000	38.880.000,00
RESERVAS DE LUCROS	650	650	4.916	4.916,34
RESERVA LEGAL	650	650	650	650,22
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	650	650	650	650,22
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76	650	650	650	650,22
RESERVAS ESTATUTÁRIAS	0	0	4.266	4.266,12
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR	0	0	4.266	4.266,12
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	66.035	66.035	64.915	64.915,28
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	66.035	66.035	64.915	64.915,28
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	66.035	66.035	64.915	64.915,28
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	66.035	66.035	64.915	64.915,28
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	99.961.178	(3.306.764)	29.571.403	8.088,25
LUCROS ACUMULADOS	99.961.178	(3.306.764)	29.571.403	8.088,25
LUCROS ACUMULADOS	29.571.403	8.088	0	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	70.389.774	(3.314.852)	29.571.403	8.088,25
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	0	0	0	0,00
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	0	0	0	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	262.477.541	156.076.652	187.209.065	156.712.454,04

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

23.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – SOCIETÁRIO

	Nota	Societário 31/12/2019	Regulatório 31/12/2019	Societário 31/12/2018	Regulatório 31/12/2018
Receita operacional bruta		94.901.423	23.289.331	30.496.611	0
Ativo financeiro contratual	20	94.901.423	0	30.496.611	0
Deduções da receita operacional	21	(850.058)	(850.058)	0	0
Tributos e Encargos					
PIS/COFINS/ISS	21.1	(850.058)	(850.058)	0	0
Encargos		(224.392)	(224.392)	0	0
Reserva Global de Reversão - RGR		0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.2	(224.392)	(224.392)	0	0
Outros Encargos		0	0	0	0
Receita operacional líquida		93.826.972	22.214.880	30.496.611	0
Custo Gerenciáveis		(2.634.998)	(6.927.185)	0	0
Pessoal		(1.050.287)	(1.050.287)	0	0
Material		(126.698)	(126.698)	0	0
Serviços de terceiros		(515.031)	(515.031)	0	0
Arrendamentos e aluguéis		(35.582)	(35.582)	0	0
Seguros		(99.383)	(99.383)	0	0
Doações		(11.000)	(11.000)	0	0
Provisões para riscos		0	0	0	0
Tributos e taxas		(66.395)	(66.395)	0	0
Depreciação e Amortização		0	(4.265.206)	0	0
Amortização		0	(26.982)	0	0
Gastos diversos		(215.702)	(215.702)	0	0
Despesas gerais e administrativas		(514.920)	(514.920)	0	0
Outras despesas operacionais		0	0	0	0
Resultado Financeiro		(8.776.730)	(8.776.730)	0	0
Receitas Financeiras					
Receitas com aplicações financeiras		140.563	140.563	0	0
Outras receitas financeiras		1	1	0	0
(-) Despesas Financeiras					
Juros		(8.778.301)	(8.778.301)	0	0
IOF, Comissões e Taxas		(130.976)	(130.976)	0	0
Multas e acréscimos moratórios		(8.017)	(8.017)	0	0
Resultado da atividade da concessão		82.415.245	6.510.966	30.496.611	0
Resultado Extra-concessão		2.126	2.126	11.555	11.555
Rendas da Prestação de Serviços					
Compartilhamento de Infraestrutura		2.126	2.126	0	0
Receitas financeiras		0	0	11.555	11.555
Despesas financeiras		0	0	0	0
Resultado antes dos impostos		82.417.370	6.513.092	30.508.165	11.555
CSLL - corrente		(288.292)	(288.292)	0	0
IRPJ - corrente		(543.918)	(543.918)	0	0
CSLL - diferido		(773.411)	0	(329.363)	0
IRPJ - diferido		(1.426.242)	0	(603.932)	0
Lucro ou prejuízo líquido do exercício		79.385.508	5.680.882	29.574.870	11.555

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

23.3 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – SOCIETÁRIO

	Societário 31/12/2019	Regulatório 31/12/2019	Societário 31/12/2018	Regulatório 31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	79.385.508	5.680.882	29.574.870	11.555
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa				
Amortização e Depreciação	0	4.292.187	0	0
Perdas do Ativo Imobilizado	0	0	0	0
	<u>79.385.508</u>	<u>9.973.069</u>	<u>29.574.870</u>	<u>11.555</u>
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais				
Concessionárias e permissionárias e Ativo financeiro contratual	(39.671.116)	(215.642)	(29.563.315)	0
Impostos a recuperar	57.096	57.096	(57.531)	(57.531)
Adiantamentos a funcionários	(4)	(4)	10	10
Fornecedores	(12.513.409)	(12.513.409)	12.205.968	12.205.968
Salários e encargos	57.039	57.039	33.051	33.051
Impostos a recolher	450.486	450.486	58.917	58.917
Encargos Setoriais	224.392	224.392	0	0
Outros Passivos Circulantes	2.035	2.035	0	0
	<u>(51.393.481)</u>	<u>(11.938.007)</u>	<u>(17.322.899)</u>	<u>12.240.416</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>27.992.028</u>	<u>(1.964.938)</u>	<u>12.251.970</u>	<u>12.251.970</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo contratual	(20.622.411)		(121.322.600)	
Aquisição de ativo imobilizado		(16.330.224)		(121.322.600)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(20.622.411)</u>	<u>(16.330.224)</u>	<u>(121.322.600)</u>	<u>(121.322.600)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	0	0	30.049.500	30.049.500
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.120	1.120	(747.414)	(747.414)
Pagamento de Dividendos	(9.000.000)	(9.000.000)	0	0
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	15.151.400	15.151.400	1.314.178	1.314.178
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	(689.748)	(689.748)	99.898.577	99.898.577
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>5.462.772</u>	<u>5.462.772</u>	<u>130.514.841</u>	<u>130.514.841</u>
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.832.389</u>	<u>(12.832.389)</u>	<u>21.444.212</u>	<u>21.444.212</u>
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	21.449.875	21.449.875	5.663	5.663
No fim do período	8.617.486	8.617.486	21.449.875	21.449.875
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.832.389)</u>	<u>(12.832.389)</u>	<u>21.444.212</u>	<u>21.444.212</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

23.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – SOCIETÁRIO

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Dividendos	Total
		Legal	Lucros Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.642.829	0	1.450	0	0	9.644.279
Aumento de capital e AFAC	29.302.086	0	0	0	0	29.302.086
Lucro líquido do exercício	0	0	29.574.870	0	0	29.574.870
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	650	(650)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(4.266)	0	4.266	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	29.571.403	0	4.266	68.521.235
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	29.571.403	0	4.266	68.521.235
Aumento de capital e AFAC	1.120	0	0	0	0	1.120
Lucro líquido do exercício	0	0	79.385.508	0	0	79.385.508
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	284.044	(284.044)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(1.420.220)	0	1.420.220	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(7.575.513)	0	7.575.513	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(9.000.000)	(9.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	99.677.134	0	0	138.907.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Cláudio Zopone
Diretor Administrativo
CPF 131.114.538-98


Roberto Wagner de Freitas
CRC 1SP-226446/O-5
CPF 132.951.988-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A
Bauru –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2019** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Empresas supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 98121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsaudidores.com.br

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 30 de abril de 2020



ACS AMÉRICA
auditoria independente

Alberto Francisco Costa
CRC - 2SP026990/O-2



Alberto Francisco Costa
CRC 1SP164292/O-0